

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 698.520 PERNAMBUCO

RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S) : SINDSPREV/PE - SINDICATO DOS
TRABALHADORES PUBLICOS FEDERAIS DA SAUDE
E PREVIDENCIA SOCIAL DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : RICARDO ESTEVÃO DE OLIVEIRA

DECISÃO:

O recurso extraordinário não pode ser provido, uma vez que não reúne condições para a sua admissibilidade.

Incide, no caso, o óbice da Súmula 279/STF.

Diante do exposto, com base no art. 557, *caput*, do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO

Relator